
092ª SESSÃO ORDINÁRIA 04OUT2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, uma boa tarde a todos e todas. Quero agradecer pelo espaço aberto pelo meu partido, o Partido dos Trabalhadores, aos Vereadores Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Sofia Cavedon, e quero fazer uma saudação especial aos trabalhadores e trabalhadoras da Cootravipa que nos premiam com a sua presença hoje aqui e estão se somando a inúmeros outros movimentos na Cidade de resistência a esse Governo, o Governo Marchezan, que está destruindo a Cidade. Foram obrigados – depois de um atraso no pagamento, na ordem de R\$ 4,7 milhões, um parcelamento que sequer conseguiram cumprir, em longuíssimo prazo –, não restou alternativa, como não resta também aos servidores públicos municipais, senão paralisar os serviços. A partir de amanhã, os servidores e servidoras do Município entrarão em greve. A Cidade vai parar. E aqui estão os trabalhadores e trabalhadoras da Cootravipa aos quais não resta alternativa senão também paralisar os serviços como uma forma de demonstrar ao Prefeito que a manobra que faz nos números... Estivemos ontem no Tribunal de Contas, com o Conselheiro Pedro Poli de Figueiredo, em companhia dos Vereadores Mauro Zacher, Fernanda Melchionna e Sofia, porque realmente o Prefeito, ao contrário do que diz, que é um Prefeito transparente, que mostra as contas, não mostra as contas e não mostra onde gasta. Nós temos um Prefeito que, na verdade, trabalha provavelmente – é isto o que está sendo investigado na Justiça e no Tribunal de Contas – números, recursos disponíveis, mas não os executa, não os paga para criar, justamente, o caos e priorizar as políticas equivocadas que defende. Então, nós estamos nos solidarizando a essas ações de vocês. Os galpões de reciclagem, pela falta do trabalho que vocês, justamente, paralisam, para mostrar a necessidade de trabalho de vocês, também estão parando. O Matos e o Alex, do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras, estão aqui presentes. E esse modelo,

baseado na idéia que exclui aquelas pessoas que trabalham com a catação na cidade, é equivocado. Que bom que a Câmara – quero lembrar aqui aos trabalhadores da Cootravipa – derrubou o veto do Prefeito, há alguns meses atrás, e permitiu que os carrinheiros continuassem circulando e trabalhando na Cidade, senão, alguns meses atrás, já teríamos em torno de quatro ou cinco mil pessoas proibidas de circular e trabalhar na Cidade. O Prefeito Marchezan não queria permitir, e essa Câmara, mostrando que é sensível a essa população e à valorização dessas pessoas, derrubou o veto do Prefeito Marchezan. Portanto, até 2020, pelo menos, os carrinheiros estão autorizados a continuar trabalhando na Cidade e a prestar esse serviço ambiental. Vocês todos sabem aqui que essas pessoas têm um grande *know-how*, sabem onde estão os lugares do recolhimento do resíduo reciclado, fazem uma verdadeira parceria com os donos de lojas, com o comércio, com síndicos e com os zeladores de condomínios, fazem um trabalho extremamente humanizado. Conhecem muitos zeladores de condomínios, e estes têm, inclusive, o telefone dos carrinheiros, para, quando chegar uma mudança, chamar os carrinheiros, que vêm buscar os papelões. Esse é o trabalho que nós precisamos incentivar e reconhecer, e, obviamente, tornar menos penoso – se é que é um trabalho penoso, e eles devem dizer se é penoso – através da contratação das cooperativas. Eu tenho pouco tempo aqui, mas quero lembrar que a Lei Nacional de Resíduos Sólidos garante à Prefeitura a contratação direta das associações e cooperativas de catadores. Sequer precisa de licitação, mas a Prefeitura, infelizmente, não reconhece essa atividade e, se não fosse a Câmara Municipal, hoje essas pessoas estariam proibidas de circular na rua. Obrigado pela presença, nos solidarizamos, estamos juntos contra, infelizmente, um Prefeito que está querendo destruir a Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Cláudio Janta, conduzindo os trabalhos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estão em pauta aqui vários projetos, e, Ver. André Carús, por exemplo, se é o que declara como Área de Preservação Permanente parcela da Praça Lagos, proveniente do loteamento Vila Esplanada do Espírito Santo. Eu quero valorizar a sua declaração com a presença dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem a limpeza e capina das praças e que tiveram que parar por absoluta falta de condições de trabalho, de dignidade, de salário e até de combustível para a empresa terceirizada trabalhar, que no caso é uma cooperativa.

Acho que a discussão mais importante dos nossos projetos nesta tarde é afinal quais são as contas, quais são os compromissos que o Município de Porto Alegre prioriza, quando a gente tem finanças difíceis, quando a gente tem uma situação difícil. Será que não é a alimentação na casa da gente? Porque muitos aqui fizeram a analogia, Ver. Tarciso. E o juiz já definiu, tanto para o Simpa quanto agora para o Sindicâmará, que o salário – e aí inclui os salários dos terceirizados e das terceirizadas – é prioridade em relação a qualquer outra conta que a Prefeitura tenha que pagar. Está dito pelo juiz, está dito pela Justiça, está na Constituição Federal, está na Lei Orgânica do Município, está nos direitos humanos. O Prefeito está tomando multa diária, ainda não por vocês - porque eu perguntei à Cootravipa se está entrando na Justiça, que disse estar, sim – para garantir o salário, porque o salário se equivale ao auxílio família, à alimentação, à pensão alimentícia, tem o valor de vida e de sobrevivência. Então, se o Prefeito da cidade de Porto Alegre que divulgou o último quadrimestre na página da Prefeitura – eu gostaria que todos olhassem o último quadrimestre que fechou em agosto: está lá claramente que a Prefeitura já teve nos seus cofres R\$ 3.9 bilhões arrecadados e gastou R\$ 3,7 bilhões, ou seja, ela é superavitária no período de janeiro a agosto deste ano. Está equilibrado o orçamento. O orçamento previsto para este ano de R\$ 6,9 bilhões está se realizando. Não existe essa hecatombe, como diz o Prefeito de Porto Alegre, que faz com que ele massacre o funcionalismo e os trabalhadores que recolhem o nosso lixo, que recolhem o lixo seco, que cortam e que capinam, que estão trabalhando agora com o resultado desse temporal que arrasou a cidade de Porto Alegre. Então, não é possível, Ver. Pujol, que o

Prefeito, que tem contas equilibradas – está publicado isso – não consiga garantir o salário dos servidores do Município e dos servidores terceirizados, que são também servidores do Município! Este é o tema que a nossa Câmara Municipal tem que pautar. Nós estivemos ontem no Tribunal de Contas, nós estivemos ontem no Ministério Público, nós estamos fazendo essa romaria, porque não é possível que a Justiça tenha determinado o pagamento equivalente a salário como prioridade, e o Município continue pagando outras coisas. Não é possível que ele esteja levando multa diária por atrasar o salário do servidor e nem o Ministério Público considera que isso é improbidade, nem o Tribunal de Contas acelera a análise das contas. Isso é uma irresponsabilidade coletiva, uma irresponsabilidade de todos os órgãos com as famílias. São 1.500 famílias só na Cootravipa, trabalhando para a Prefeitura de Porto Alegre. São 20 mil municipais que tiveram as suas contas, o seu dia a dia esculhambados, desorganizados, seja com o cartão de crédito; pensionistas falando do que pagam para os planos de saúde, para Unimed, não conseguem pagar suas contas porque o Município está parcelando. O Município de Porto Alegre não está numa situação de penúria que justifique isso. Nós não aceitamos as escolhas que o Prefeito está fazendo, nós não aceitamos a forma perversa com que o Secretário da Fazenda está governando esta Cidade, como o Secretário do Planejamento está conduzindo esta Cidade, nós não aceitamos, Mendes, não é possível, porque o drama está chegando nas famílias mais pobres da cidade de Porto Alegre e que mais servem à nossa qualidade de vida, à nossa condição de sobrevivência. Parabéns pela luta; estamos juntos, vamos achar, Ver. Moisés, uma reunião de mediação. (Palmas.) (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo do nosso Presidente Cláudio Janta, demais colegas Vereadores e Vereadoras, público que está nos acompanhando, de modo especial os trabalhadores da Cootravipa e todas as unidades de triagem, são mais de 20, que tem em torno de 500 trabalhadores e que também eles estão sendo, neste momento, prejudicados à medida que não chega o material da reciclagem. Portanto, quero dizer que, em nome das Bancadas do PT e do PSOL, dos dois partidos, estou falando pela

oposição e me solidarizando com a indignação de vocês, que é a nossa indignação. Não imaginamos que o Governo Marchezan chegaria a esse ponto de não pagar dois meses aos trabalhadores; além disso, não chegou o material para as unidades de reciclagem, prejudicando completamente, nobre Presidente, a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras que estão atuando nesse segmento. Nesse aspecto, quero dizer, grandes amigos Matos e Marli, que estão ali, que esta Casa não pode se furtar de receber uma Comissão, seja dos trabalhadores da Cootravipa, seja dos galpões de reciclagem, para poder encaminhar, Ver. Tarciso, uma forma mais concreta de o Governo poder receber esses trabalhadores, depois que se negou a recebê-los. Lamentavelmente, não receberam nem os trabalhadores, nem os coordenadores das unidades de reciclagem. O Ver. Cassio, Presidente, que está aqui no plenário, com certeza, ajudará a encaminhar, junto com os Líderes, uma posição muito concreta com relação ao recebimento de uma Comissão para poder dialogar ou começar a dialogar com o Governo.

Quero também levantar outro assunto que eu acho que também é de extrema importância, considerando que hoje é o Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Nós, que temos aqui na Casa a frente parlamentar em defesa dos trabalhadores da saúde, assim como um programa de saúde comunitária em Porto Alegre, percebemos que, infelizmente, muitas vezes, o Governo deixa de atender as necessidades desse programa, que, por sua vez, acaba acarretando numa dificuldade de atendimento médico à população. De ontem para hoje, foram dispensados 22 médicos do Programa de Saúde da Família; e não se tem ainda uma posição do Governo para poder admitir ou contratar novamente esses 20 profissionais da área da saúde. Isso está acarretando, inclusive, no fechamento de algumas Unidades Básicas de Saúde e unidades do Programa de Saúde da Família por não terem atendimento médico. Então eu venho aqui, neste Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, para que o Governo se sensibilize e possa encontrar uma saída para poder não só preencher essa lacuna da falta de médicos, mas também poder se preocupar mais com a saúde do cidadão contratando esses profissionais que hoje estão em falta. Nesse aspecto, não tem como não estar ao lado dos trabalhadores da Saúde na medida em que o cidadão chega lá para solicitar uma consulta e, infelizmente, não tem médico. Nós que acompanhamos aqui nesta Casa a criação do IMESF, um programa que agrega ou acolhe todos os trabalhadores do Programa Saúde da Família,

possamos, na reunião da Frente Parlamentar, na quinta-feira, continuar trabalhando e disputando essa pauta para apoiar esses trabalhadores.

Nobre Presidente Cassio Trogildo, volto a referendar que esses trabalhadores da Cootravipa vão ficar aqui hoje à tarde aguardando até que o Governo se posicione em receber uma comissão para encontrar uma saída, porque eles querem é mais dignidade!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, me alerta a minha assessoria que hoje é o Dia de Proteção dos Animais, o que justificaria na Pauta esses quatro projetos, todos de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que trata sobre a causa animal. Um deles, eu achei simpático, pelo menos é uma proposta que estabelece a entrada dos jogadores em campo acompanhados de um cachorro de estimação por time, em partida de futebol entre o Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense e o Sport Club Internacional – Gre-Nal. É uma ideia que nunca me passou pela cabeça.

Há na Pauta um projeto do Ver. André Carús que vem a calhar neste dia em que recebemos aqui os nossos amigos da Cootravipa que, sabidamente, é uma mão de obra que o Município de Porto Alegre vem dispondo há longa data e de grande eficiência, o que me parece, com a concordância, inclusive, dos Vereadores que fizeram parte do Governo que terminou, há pouco tempo, com os Vereadores que trabalhavam com o PT há doze anos. Então, todos nós reconhecemos, e esses dias, inclusive, fizemos uma Sessão especial, nesse sentido, da importância da Cootravipa. Eu, inclusive, tenho orgulho de dizer que a Cootravipa tem o seu estatuto preparado no Departamento Municipal de Habitação, quando eu era diretor-geral daquele órgão, tenho essa satisfação. Então eu fico surpreso, que hoje aqui nós tenhamos que mais uma vez enfrentar esse tipo de problema, pessoas que são trabalhadoras e não recebem o salário! Isso é uma coisa que eu não posso admitir. Não. Não pode ficar nessa situação. Então, eu que não sou do governo atual, mas que tenho ajudado muito esse governo e espero poder ajudar muito mais, vou primeiro, dar uma grande contribuição agora para ele, um apelo direto: resolva esse problema da Cootravipa; bote esses caras a cuidar das nossas

praças, a cuidar da limpeza pública; tirem eles daqui satisfeitos, com a ideia de que serão atendidos. Por enquanto, nós vamos ficar só dando discursos aí para eles, e discursos não pagam conta no fim do mês, nem tampouco abre as portas do armazém.

Então, Presidente, pode parecer que eu esteja infringindo as regras da Casa, falando de um assunto que não está diretamente colocado aqui na Pauta, mas esse assunto está indiretamente aqui, porque, quando o Ver. André Carús propõe para fazer uma APP no Espírito Santo, uma Área de Proteção Permanente, ele faz inspirado no que ele aprendeu no DMLU, e no DMLU ele aprendeu a respeitar a Cootravipa, que é realmente, uma cooperativa de trabalhadores, que precisa ser entendida, respeitada e consolidada.

Por isso, Sr. Presidente, eu não vou falar mais em discursos, vou rezar para Deus para que as coisas se resolvam melhor, que paguem a Cootravipa, e a Cootravipa possa pagar os seus trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje eu vim para a Sessão na expectativa de que, ao entrarmos na Ordem do Dia, pudéssemos apreciar a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo, com Veto Parcial, que institui o Programa Municipal do Primeiro Emprego, aprovado aqui no final de maio. Todos nós sabemos que, mesmo com as dificuldades econômicas, a oferta de oportunidades aos jovens e as políticas públicas que oportunizem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho são, mais do que qualquer outra coisa, uma ação de inclusão social, porque a juventude sem oportunidades de acesso à educação e ao mercado de trabalho, é uma juventude que está fadada a ingressar na criminalidade ou na marginalidade. Então, não tivemos quórum para a ordem do dia, mas eu acredito que até o final do ano vai ter quórum para apreciar esse veto. E o Governo vai ter oportunidade de explicar as razões do porque mudou de posição, pois acertadamente fizemos aqui uma construção para que a Ver.^a Mônica Leal apresentasse uma emenda e subordinasse o benefício fiscal do projeto à disponibilidade financeira da Prefeitura e da Receita. E é justamente esse dispositivo que o Governo veta, aquele que condiciona a concessão do

benefício à receita atual do Município. O segundo ponto que eu queria trazer é que nós já temos correndo em sessão de pauta um projeto de minha autoria que transforma parte da praça Lagos, que fica na Vila Espanada, junto ao bairro Cerraria na Zona Sul, em área de preservação permanente porque essa é uma área que precisa sim de preservação. É uma área que tem um corredor ecológico, um túnel verde, um curso de água e, na medida em que não há o cuidado e a conservação necessários, nós não podemos fazer com que esse espaço na praça Lagos, que é de grande extensão territorial, tenha o devido cuidado como área de preservação permanente, assim como outras que já existem na Cidade. Então, essa é a finalidade do nosso projeto.

E por fim, vou fazer referência a dois problemas que chegaram ao meu gabinete e pela atuação do nosso mandato já é do nosso conhecimento, porque eles estão no dia a dia da Cidade, dificuldades financeiras todos os governos enfrentam, problemas de fluxo de caixa, todos os governos enfrentam, mas para que se superem as dificuldades é preciso governar, eleger prioridades e fazer gestão. Com muito orgulho e com todas as dificuldades que tivemos na gestão anterior, fui Diretor do DMLU, nunca deixamos ninguém sem receberem dia porque acreditamos que a limpeza urbana é um serviço essencial para a Cidade. Nunca um gari ficou um dia com o salário atrasado no serviço contratado. Também nenhuma unidade de triagem – onde estão bravos catadores, os verdadeiros agentes ambientais da Cidade, aqueles que fazem a triagem dos resíduos que são o resultado do nosso consumo –, nenhum galpão de reciclagem em Porto Alegre ficou sem receber a matéria-prima, o que mantém o sustento das famílias em dia. Hoje, às 5 da tarde, vou receber aqui mais um segmento da sociedade que, no início do ano, fez uma manifestação forte e, agora, se organiza de novo, que é a Associação dos Cegos do Estado do Rio Grande do Sul, a ACERGS, que está tendo o seu convênio cancelado pela Prefeitura. Se este é um governo que se elegeu com uma pauta falaciosa de mudança, dizendo que governaria para os que mais precisam, quem mais precisa do que eles? Quem mais precisa do que as comunidades carentes que não têm acesso aos serviços na sua plenitude? Quem mais precisa do que aqueles que vivem da reciclagem, hoje cerca de 800 famílias, das unidades que mantêm convênio com a Prefeitura? Quem mais precisa do que aqueles que não têm acesso ao saneamento, e o Governo não consegue cumprir o serviço porque não paga em dia as suas faturas? Vai querer dizer que são os Vereadores que não votam o aumento do IPTU, que não retiram direitos dos

servidores, que não retiram direitos daqueles que têm que usar o transporte coletivo que são os culpados? Não são os Vereadores, é o Governo, que é incapaz administrativamente de sair do buraco que criou para si mesmo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente Cláudio Janta; colegas Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre; como todos puderam verificar há pouco – quartas-feiras é um dia de votação –, quando foi feita a chamada para entrar na Ordem do Dia para votar, havia 18 Vereadores. Faltou um para ter o quórum de votação. Então, nós já estamos agora num período que se chama Pauta, em que se faz a discussão da Pauta. O Ver. Carús, há pouco, falou desta tribuna do seu projeto que declara como Área de Preservação Permanente – APP – parcela da Praça Lagos. Quero dizer que eu concordo integralmente com essa proposição dele e faremos um movimento aqui para que seja aprovado, como também ele mencionou que seria votado hoje um projeto, que acabou sendo vetado. Eu tive o prazer, Carús, de ser o relator pela derrubada do Veto, ou seja, por uma posição contrária àquela que veio da Prefeitura, do Paço Municipal. Há também um projeto do meu colega Sgarbossa que trata muito de questões relativamente aos senhores e senhoras que estão aqui. A questão de um programa de redução gradativa dos veículos de tração animal, dispondo sobre princípio e instrumento desse programa, bem como a instituição de medidas indutoras ao financiamento para atender esses princípios. Ou seja, nós queremos um programa que atenda essa questão dos resíduos sólidos em Porto Alegre, vamos acompanhar o nosso colega para que isso seja efetivamente realizado, não fique só naquela de um plano, cadastro, e as coisas não caminhem. Nós estamos aqui, hoje, para que as coisas caminhem para frente. Eu também queria dizer, como já disseram alguns colegas aqui, que somos favoráveis a que a Mesa Diretora desta Casa, composta por seis colegas Vereadores, receba uma comissão dos galpões de reciclagem, dos recicladores, da Cootravipa, para que façamos uma intermediação e uma pressão sobre o Poder Público Municipal, sobre o Prefeito Municipal para que resolva essa questão. E concluindo, na semana passada, começamos

a discutir o IPTU aqui, que poderia ajudar a resolver vários problemas, inclusive a maioria da população, se tivéssemos votado, de fato, como deveria ser... Tenho certeza de que 99,9% dos que estão aqui não pagariam IPTU, porque havia uma taxa e uma tabela progressiva dos maiores valores. Então, se não conseguimos fazer isso, não por culpa minha, mas por circunstâncias variadas que vieram desde a Prefeitura e que se introjetaram dentro desta Câmara aqui, a Prefeitura vai alegar que não tem dinheiro, que tem que cortar cargos de confiança, telefones celulares, carros locados, etc. e tal. Estamos, portanto, abertos no dia a dia, não só aqui dentro da Casa do Povo, mas nas suas casas, nos seus locais de trabalho, quando a gente anda por toda a Cidade. Eu, que circulo muito pelo Centro, sou o cara que mais encontro os “laranjinhas” por aí. Saudações. Até a vitória.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Mendes Ribeiro: Presidente Cláudio Janta, eu quero deixar registrado que hoje a UPA Moacyr Scliar, da Zona Norte de Porto Alegre, está completando cinco anos. Essa UPA é responsável por acolher moradores de toda região e desafogar o Hospital Conceição, com 24 horas de atendimento nas áreas clínica, cirúrgica, odontológica e pediátrica. Carrega o nome de um médico e escritor referência para um serviço de mesmo porte. Quero cumprimentar a Gerente da UPA, Fernanda Zanotto, e todos os seus funcionários, porque em cinco anos foram atendidos 626 mil pacientes, sendo a média diária de 350. Muito nos orgulha o trabalho que tem feito a UPA da Zona Norte. Eu quero deixar o reconhecimento desta Câmara pelos cinco anos prestados à população de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Todos os Vereadores reconhecem o valor da UPA Moacyr Scliar, na Zona Norte.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, quero falar em nome do PSOL – em meu nome, do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Roberto Robaina –, trazendo a minha solidariedade aos trabalhadores e às trabalhadoras da Cootravipa. Nós estamos vivendo uma situação muito grave no Município de Porto Alegre, e eu quero ser

solidária com vocês, trabalhadores, porque nós já vimos, por um lado, a desvalorização dos salários. Eu tenho muita tranquilidade de falar, acho que para o serviço que vocês fazem para a cidade de Porto Alegre, os baixos salários, a ausência de direitos trabalhistas é um desrespeito com homens e mulheres que fazem um papel essencial no que diz respeito ao meio ambiente, à coleta seletiva – e nós estamos vendo aqui integrantes do movimento nacional, o MNCR está aqui conosco, estou vendo o Alex. Essa cadeia que começa com vocês e termina lá nos galpões está fazendo com que milhares de pessoas estejam numa situação muito grave no Município de Porto Alegre, com as contas atrasadas, sem dinheiro para as coisas básicas. E, ao mesmo tempo, nós temos um Governo que é incapaz de dialogar. Ontem de manhã vocês fizeram uma mobilização em frente à Prefeitura. Eu acho inaceitável, Ver. Prof. Alex, que um Governo não tenha dignidade de dizer por que não paga os trabalhadores que estão fazendo o serviço na ponta. E mais: estamos vendo a Cidade colapsar. Para vocês terem uma ideia, hoje, 15 médicos saíram do Programa Mais Médicos em função do ataque do Temer, um Presidente impopular e ilegítimo, ao Programa Mais Médicos. Nós temos 15 Unidades Básicas de Saúde com falta de médicos. Amanhã começa a greve dos municipais em Porto Alegre, porque o Governo também parcelou o salário, quer tirar a carreira dos servidores, quer desmontar os serviços públicos e não dialoga, como não dialogou com vocês. Nós estamos vendo um colapso da assistência social, estamos vendo um Prefeito mais preocupado em atacar, Ver. Cláudio Janta, que preside os trabalhos na tarde de hoje, os Vereadores do que dizer por que não Governa a cidade de Porto Alegre, do que dizer para as pessoas por que não está cumprindo as promessas de campanha. Nós temos um Prefeito que vai para os FROPs e, em vez de dizer porque não tem dinheiro para garantir as políticas demandadas no Orçamento Participativo, diz que a responsabilidade é da Câmara de Vereadores, quando, na verdade, nós achamos que a Câmara tem um papel fundamental para cumprir nesta crise: derrotar o pacote do funcionalismo; depois, foi importantíssimo dar o recado no tema dos vetos e do IPTU, mas é preciso ir além: é preciso criar um canal de mediação, é preciso que haja o pedido que foi feito pelo Ver. Oliboni, em nome da oposição – PSOL e PT –, para que a Mesa receba vocês para ajudar nessa interlocução e cobrar do Governo. Nós precisamos cobrar do Governo, nós todos precisamos cobrar do Governo, porque é muito grave o que está acontecendo aqui. É uma cadeia que vai atingir milhares de trabalhadores que não

têm, na nossa opinião, seus direitos trabalhistas garantidos, o que achamos que devem ter, que estão sem receber salário, colocando uma faca no pescoço das pessoas, criando acúmulo dos resíduos sólidos, aumentando o número de pessoas que estão dentro dos galpões sem trabalho para separar, criando uma dificuldade na separação dos resíduos, o que vai gerar problema também para o conjunto da Cidade e para a preservação do meio ambiente. Mas o Prefeito parece que não sabe. O Prefeito parece que desconhece o trabalho desses servidores e a importância da coleta seletiva. Nós, que defendemos a coleta seletiva popular, estamos nessa luta há bastante tempo, com o Galpão da Cavalhada, não temos nenhum retorno do Prefeito nessa política estruturante para separação dos resíduos sólidos. Então, quero deixar esse encaminhamento, quero deixar a minha solidariedade aos trabalhos, minha e do Ver. Alex, bem como deixar a vocês um desafio para todos nós: se o Marchezan está fazendo um conjunto de pacotes que ataca os direitos de todos os trabalhadores contra todo o povo – quer tirar a segunda passagem gratuita, quer tirar o meio passe dos estudantes, quer extinguir os cobradores, não quer pagar os salários de vocês, quer atacar os servidores –, se ele está tentando unir todos contra os trabalhadores, é hora de todos os trabalhadores se unirem contra o Marchezan. Nenhum Prefeito é maior do que a cidade de Porto Alegre!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu subo a esta tribuna, sobretudo, para saudar alguns convidados ilustres que estão aqui nas nossas galerias: Professor Frederico Bonaldo, da Universidade Católica de Santos; Professor Gabriel Maino, da Universidad Católica da Argentina; Professor Daniel Herrera, Diretor da Faculdade de Direito da Universidad Católica da Argentina; Professor Alejandro Castaño, da Universidad de San Bonaventura da Colômbia, que estão juntamente com outros estrangeiros aqui no Brasil para participar do colóquio internacional: “Lei Natural e Direito Ambiental”, no momento em que o Brasil e o mundo vivem uma crise de racionalidade e que busca pressupostos éticos comuns, uma ética mínima que possa nos fazer convergir para aquela amizade cívica necessária para a sustentação do bem comum da Cidade. É

extremamente oportuno um Congresso que irá discutir sobre a lei natural, que é a percepção de saber que existem valores comuns, como, por exemplo, respeitar os mais velhos – que existem em toda a cultura humana, na cultura do passado, do presente e provavelmente do futuro –, respeitar os pais, que também é uma lei natural, pelo menos se constata a partir dessas normas intrínsecas gravadas no coração do homem de que existe uma lei natural, portanto uma ética comum. E a única forma de salvarmos o nosso planeta dessa degradação é justamente a ideia de que existe uma lei natural, que existem valores comuns que estão plantados no coração de cada ser humano.

E vocês, já que estamos falando de meio ambiente, vocês, da Cootravipa, recebam a gratidão dos cidadãos de Porto Alegre por todo esse trabalho que fazem para manter esse meio ambiente urbano são, sadio para que nós, cidadãos desta Cidade, possamos ter um meio ambiente saudável. O trabalho de vocês é imprescindível, é fundamental; aceitem a solidariedade deste Vereador. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores, público que nos assiste, eu acho muito importante essa mobilização, especialmente por conta da situação que estamos vivendo hoje em Porto Alegre, em que falta dinheiro. Eu sou da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores, estive acompanhando a prestação de contas do Município no primeiro e no segundo trimestre, e noto nas manifestações entregues por vocês que, desde o ano passado, a Prefeitura está em dívida com a Cootravipa e está em dívida com outros fornecedores, e, por conta disso, vocês não estão recebendo devidamente, como merecem, pelo trabalho realizado. É uma pena também ver muita manifestação aqui na Câmara de Vereadores que, quando têm oportunidade de cortar gastos da Prefeitura, cortar privilégios, muitas vezes privilégios que são nossos também, não o fazem. Isso faz com que prejudique o pagamento de salários de pessoas que trabalham para o nosso Município, como é o caso de vocês. Então, eu gostaria de chamar a atenção neste momento para projetos, que são importantes para o Município, que deverão vir em breve aqui para Câmara e que deveriam ter vindo para debatermos e

votar; pedindo que vocês apoiem e pressionem para que sejam votados. Não é possível que a Prefeitura continue custeando uma empresa de ônibus que dá prejuízo de R\$ 50 milhões ao ano, enquanto isso deixe vocês sem receber os salários por um trabalho que é fundamental para a nossa Cidade. Não é possível que tenhamos prejuízos recorrentes em outras estatais e departamentos do Município enquanto continuamos tendo alagamentos na Cidade, continuamos tendo nossos parques e praças sem a devida limpeza. Enfim, precisamos ter prioridades no uso dos recursos públicos, e hoje falta um pouco disso. Eu espero continuar contribuindo para que tenhamos disponibilidade, resolvamos o problema de caixa que nós temos, e, principalmente, que tenhamos conhecimento de qual é esse problema de caixa, já que hoje não está claro como é que está o fluxo de caixa da Prefeitura. Eu estive conversando aqui com os Parlamentares, membros da Comissão de Finanças e Orçamento: Ver. Cecchim, Ver. Mauro Zacher, Ver. Aírto Ferronato e Ver. João Carlos Nedel, enfim, Parlamentares que estão junto conosco tentando avaliar as contas do Município, mas que não têm todas as informações necessárias para poder fazer o juízo de valor.

Então, convido meus Pares para que atentem para tudo aquilo que precisamos fazer e votar para reduzir gastos; afinal de contas, não adianta somente pensar em aumento de receita, em aumentar tributos à população, que já paga muito imposto e não vê o serviço em troca.

Então, precisamos, sim, rever nossas finanças, que passam, primeiramente, por redução de gastos, redução nas nossas despesas e revisão das nossas prioridades enquanto Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h09min.)